

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA UM BRASIL COMPETITIVO

Estudo encomendado pela CAPES e executado pela SBPC

<http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/ciencia-tecnologia-e-inovacao.php>

COMISSÃO RESPONSÁVEL

Jacobus Willibrordus Swart

Jaílson Bittencourt de Andrade

João Batista Calixto

Roberto Mendonça Faria (Coordenador)

Assessoria: José Roberto Ferreira

COLABORADORES

Andrea Francomano Bevilacqua

Paulo Cesar Goulart de Miranda

Virgilio Augusto Fernandes Almeida

José Carlos Maldonado

Rubens Naves

Eduardo Pannunzio

Estrutura:

1 – Introdução

Parte A:

2 – Educação Básica

3 – Educação Superior

4 – Ciência e Tecnologia

5 – Marco Regulatório

6- Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil

Parte B:

7 – Bens de Capital

8 – Química

9 – Fármacos e Medicamentos

10 – Semicondutores e Eletrônica

11 – Tecnologia da Informação e Comunicação

Parte C:

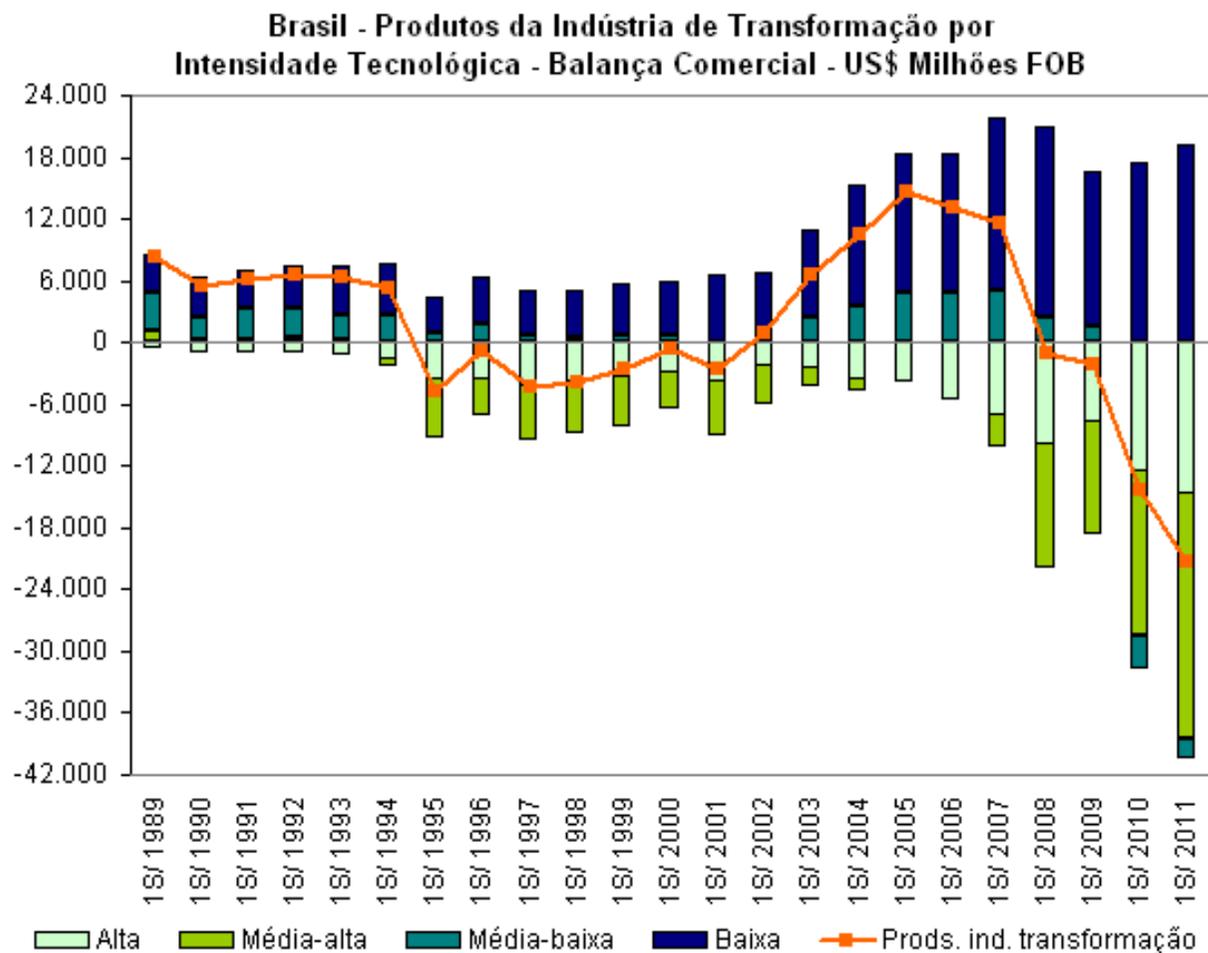
12 – Inovação na Indústria Brasileira

13 – Empresa Brasileira de Tecnologia e
Inovação

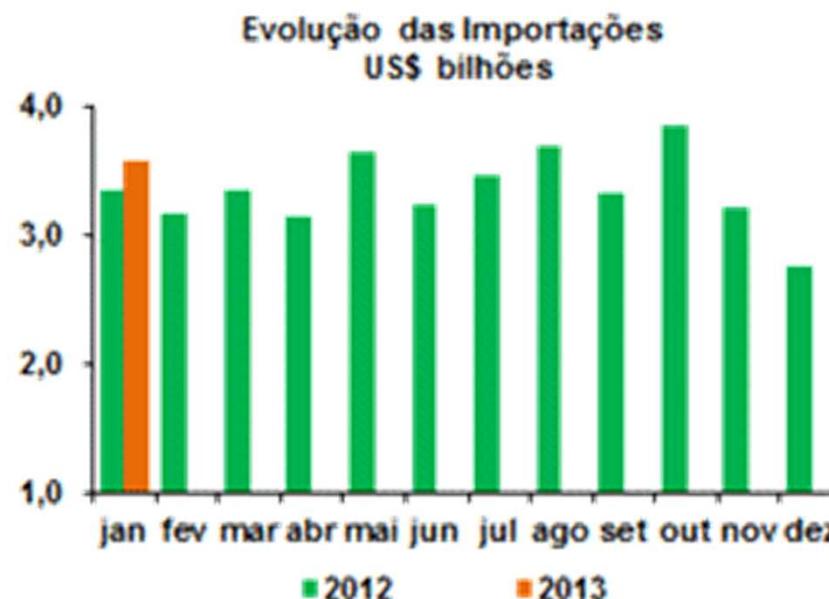
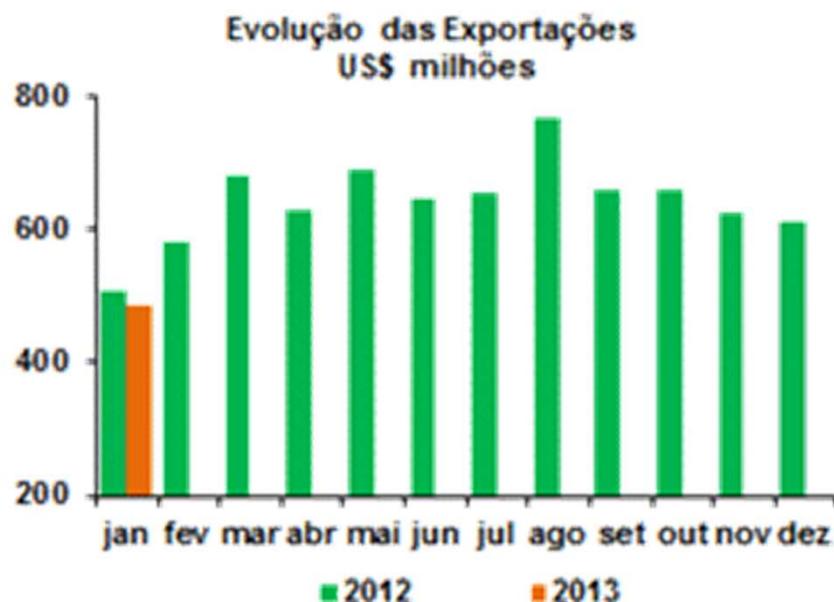
1. Introdução

(Motivação)

Balança comercial brasileira de produtos da indústria de transformação por intensidade tecnológica – US\$ milhões (FOB). (Fonte: Secex/ALICE. Elaboração própria com base na taxonomia da OCDE/ Standatabase.)



Balança Comercial Brasileira na área indústria eletro-eletrônica



Déficit: ~ US\$ 35 bilhões anuais

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica **abinee**

•A OECD classifica os setores em quatro grupos principais de intensidade tecnológica:

-*alta intensidade tecnológica*: setores aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos;

-*média-alta intensidade tecnológica*: setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos;

-*média-baixa intensidade tecnológica*: setores de construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos;

- *baixa intensidade tecnológica*: outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados.

Segundo análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), no primeiro semestre de 2010 os produtos de **alta intensidade tecnológica** tiveram um **déficit** (recorde) de **US\$ 12,4 bilhões**, o setor de **média-alta intensidade tecnológica** também apresentou déficit recorde: **US\$ 16,1 bilhões**. O de **média-baixa intensidade tecnológica** apresentou déficit de **US\$ 3,4 bilhões**. O único setor industrial a apresentar **superávit** foi o de baixa intensidade tecnológica, **US\$ 17,5 bilhões**, e ajudou a alavancar o saldo positivo do semestre.

A faixa de **média-baixa intensidade tecnológica** é também preocupante, pois pela primeira vez desde 1989 experimentou déficit, devido principalmente à queda constante no saldo dos produtos metálicos.

Por outro lado:

Hoje a economia brasileira mostra vigor e retoma a rota de seu crescimento. Três fatores são responsáveis por isso:

- a) globalização, que acirra a competição e força a inovação;
- b) abundância de capital no mundo em busca de investimento;
- c) a grande demanda de insumos e de *commodities*.

Um dos fatores primordiais do crescimento econômico de um país é o da interação entre o seu capital físico e o seu capital humano.

Quanto mais eficiente for essa interação, mais rápido é o crescimento.

Tal interação pode ser medida pela Produtividade Total dos Fatores (PTF).

O fator PTF está diretamente relacionado à eficiência do uso do conhecimento sobre os meios de produção.

O fator PTF brasileiro em 1975 foi considerado 7% superior ao americano, mas em 2003 caiu para 73 % do americano (dados OCDE).

A partir do início dos anos 1980, entretanto, o fator PTF no Brasil vem caindo acentuadamente.

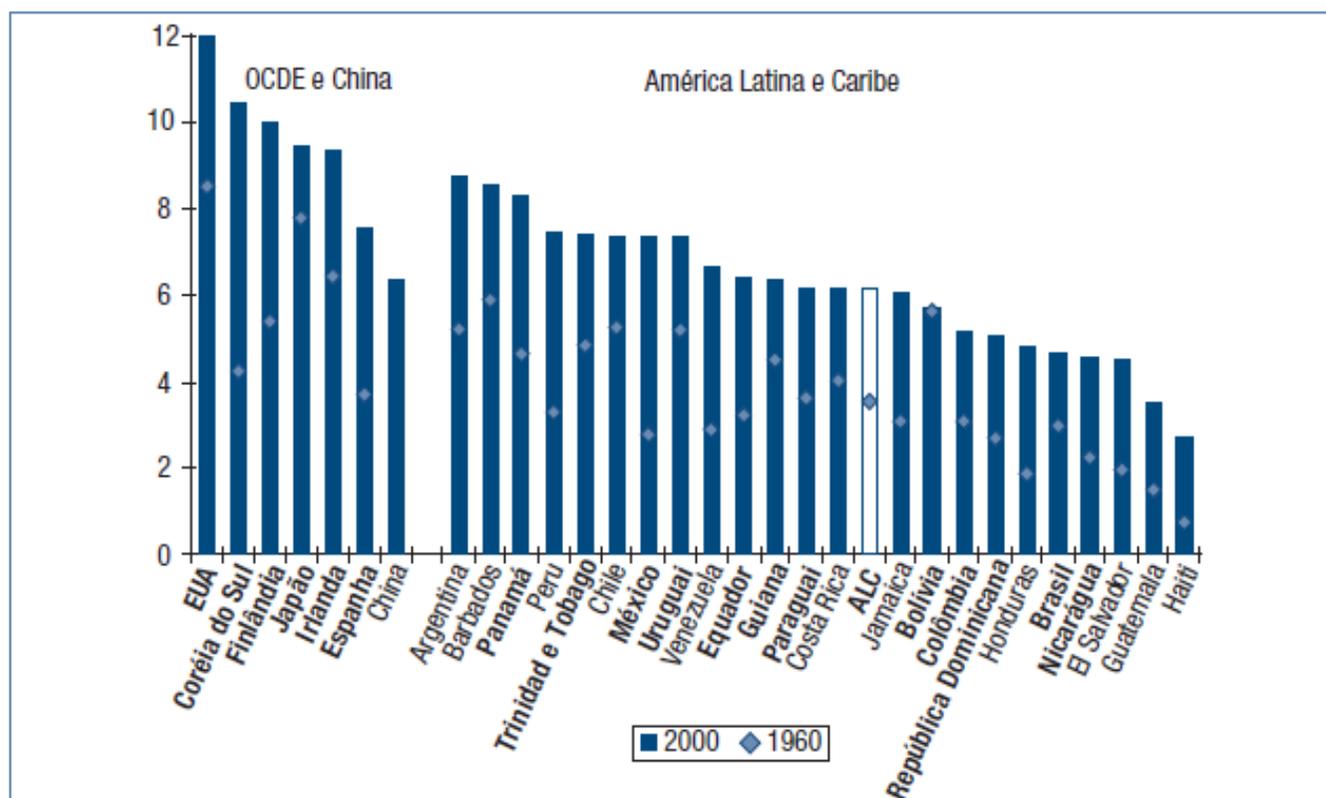
Parte A

Capital humano
Capital físico
Marco regulatório

2. Educação Básica

Estudo feito pelo BID sobre a escolaridade média.

Escolaridade média dos brasileiros a partir de 15 anos, 1960 e 2000



Fonte: BID (2006).

Panorama a ser revertido no Ensino Fundamental

Em sua terceira edição - Avaliação de 2006 – participaram além dos 30 países membros da OCDE, mais 27 países convidados, e entre eles cinco sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai. O Brasil, a exemplo das avaliações anteriores (nos anos 2000 e 2003) ficou mal colocado. Dos 57 países, o Brasil ficou na 50^o posição na avaliação em leitura, 54^o posição na avaliação em Matemática, e 52^o posição na avaliação em Ciências. Mesmo entre os países sul-americanos, a posição do Brasil foi de retaguarda.

Somente 55 % dos brasileiros entre 25 e 29 anos completam o ensino médio, contra 90 % nos EUA e 95 % na Coreia do Sul (OCED).

A avaliação PISA de 2009 mostrou que o Brasil teve um pequeno avanço em seu desempenho, mas continua bem abaixo da média dos países desenvolvidos.

Gastos com Educação

Comparação dos gastos por estudante de acordo com o nível educacional (em US\$)

País	Nível Educacional		
	Ensino pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio
<i>Brasil</i>	1.044	832	864
América Latina:			
Argentina	1.745	1.655	2.306
Chile	1.766	2.110	2.085
México	1.410	1.357	1.915
Paraguai	—	802	1.373
Peru	339	431	534
Países da OCDE:			
Dinamarca	4.542	7.372	8.113
França	4.323	4.777	8.107
Alemanha	4.956	4.237	6.620
Coréia do Sul	1.913	3.714	5.159
Estados Unidos	8.522	7.360	8.779

Fonte: Abrahão (2005: Tabela 5).

Notas: Todos os números se referem à PPC ajustada pelo gasto anual em dólares por estudante.

Recomendações

- Criar um sistema de Dedicção Exclusiva para professores da Educação Básica, com bom salário e um número não superior a 25 horas de aula semanais. Os professores da rede concorreriam a esse cargo por concurso público. Esses concursos ocorreriam todos os anos com a inclusão de todos os professores no novo sistema, num prazo de 12 anos.
- Plano de carreira com avaliação que leve em conta cursos de especialização.
- Aproximar os professores da rede de ensino pública às universidades através de programas de mestrado e/ou aperfeiçoamento específicos para elevar o grau de conhecimento na área de atuação do professor e também de técnicas educacionais. Para isso deve haver um incentivo diminuindo a carga didática no período, que pode ser de dois anos, e de uma bolsa especial de estudo;
- Estimular os pesquisadores das universidades com programas de pós-graduação a orientarem professores da rede de ensino pública;
- Estabelecer uma conexão entre Ciência e Educação;
- Investir na criação de cursos de licenciatura em Ciências, Física e Química;
- Introdução de disciplinas de informática no currículo escolar;
- Ampliar a rede de Escolas Técnico-profissionalizantes.
- Aumentar o números de bolsas de Iniciação Científica Júnior para estimular jovens talentosos da rede pública.

3. Educação Superior

Graduação

Evolução do número de vagas na graduação presencial (2002 a 2008).
Entre parênteses o crescimento anual em porcentagem.

	TOTAL (68,4)	PÚBLICA (16,5)	PRIVADA (78,7)
2002	1.773.087	295.354	1.477.733
2003	2.002.733 (13,0)	281.213 (-4,8)	1.721.520 (16,5)
2004	2.320.421 (15,9)	308.492 (9,7)	2.011.929 (16,9)
2005	2.435.987 (5,0)	313.368 (1,6)	2.122.619 (5,5)
2006	2.629.598 (7,9)	331.105 (5,7)	2.298.493 (8,3)
2007	2.832.942 (7,4)	329.260 (-0,6)	2.494.682 (8,5)
2008	2.985.137 (5,7)	344.038 (4,5)	2.641.099 (5,9)

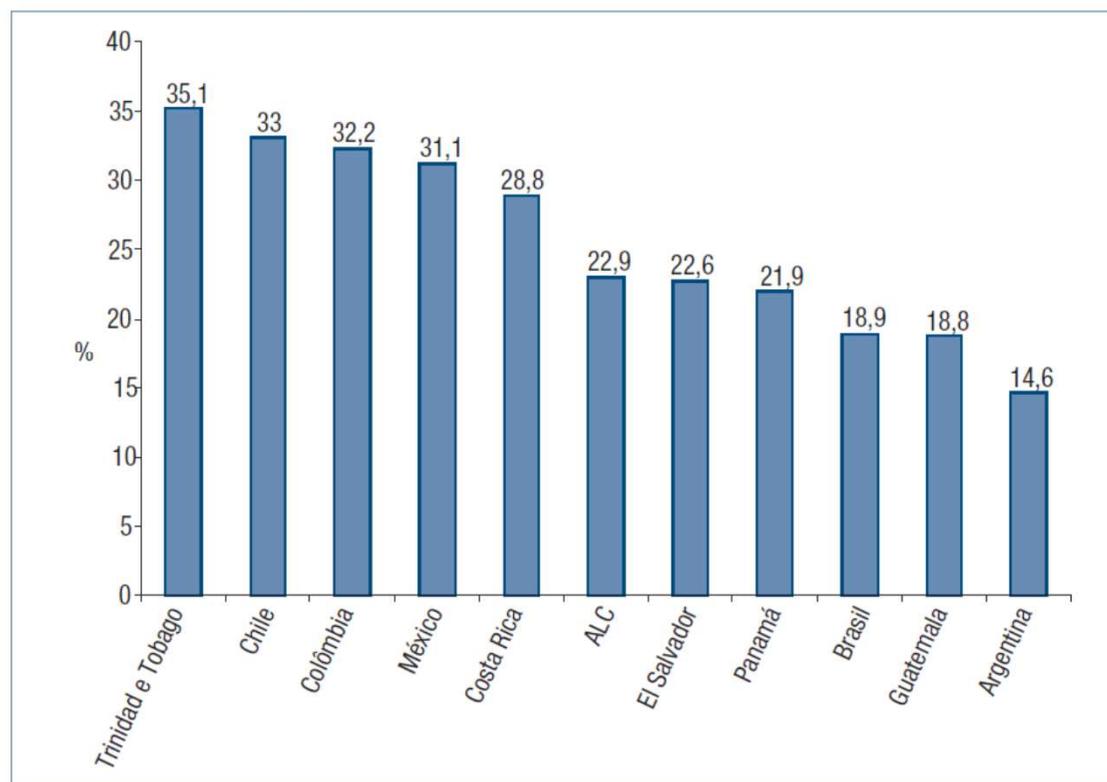
Na força de trabalho ativa no Brasil, somente 8 % da população na faixa de 25 a 64 anos de idade têm curso superior completo.

Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Matriculados nos Cursos de Graduação Presenciais nas Engenharias, Ciências e Matemática (Censo do Ensino Superior de 2008 – MEC).

	Vagas oferecidas	Matriculados	%
Matemática	5.141	3.177	61,8
Ciências da Computação	88.668	40.435	45,6
Física	3.738	3.139	84
Química	9.856	7.133	72,4
Farmácia	51.341	25.675	50
Engenharias	265.658	153.959	58
Total	424.402 (14 %)	235.518 (15,6%)	55,5

Com o número atual de vagas nas engenharias, o Brasil poderia aumentar seu contingente de engenheiros em cerca de 250.000 por ano, entretanto, segundo fontes do INEP formaram-se em 2008 somente cerca de 30.000 engenheiros (outras fontes apontam para mais de 40.000)

Figura 32 - Proporção de estudantes matriculados nos programas de ciência e engenharia em países latino-americanos selecionados



Fonte: IESALC (2006).

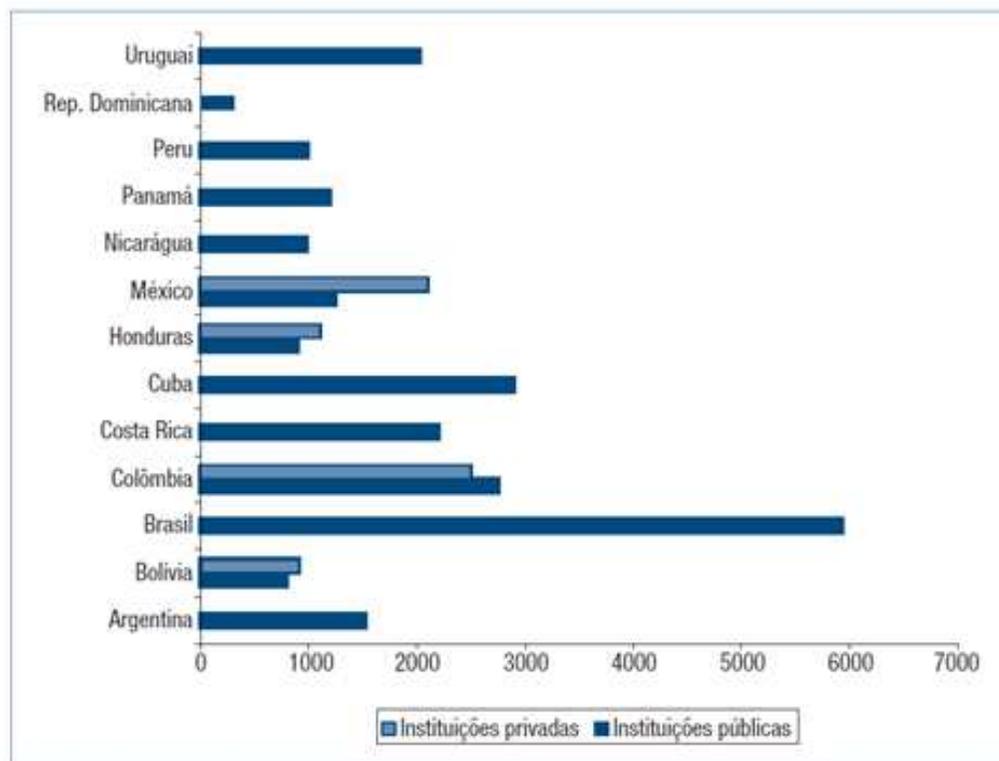
Estimativa do Investimento Público Direto em educação por estudante, por nível de ensino Valores nominais - Brasil 2000 – 2008

Ano	Investimento Público Direto por Estudante R\$1,00							
	Total em todos os Níveis	Níveis de Ensino					Ensino Médio	Educação Superior
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental				
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais			
2000	970	808	924	794	811	770	8.927	
2001	1.082	902	898	845	951	944	9.500	
2002	1.214	1.005	952	1.111	1.032	747	10.135	
2003	1.329	1.116	1.197	1.176	1.117	938	9.706	
2004	1.513	1.284	1.372	1.359	1.374	939	10.573	
2005	1.700	1.440	1.373	1.607	1.530	1.004	11.363	
2006	2.042	1.773	1.533	1.825	2.004	1.417	11.820	
2007	2.467	2.163	1.954	2.274	2.369	1.735	13.089	
2008	2.995	2.632	2.206	2.761	2.946	2.122	14.763	

Fonte: Inep/MEC

Tabela elaborada pela DTDIE/Inep.

Custo unitário das universidades em países latino-americanos selecionados (em US\$)



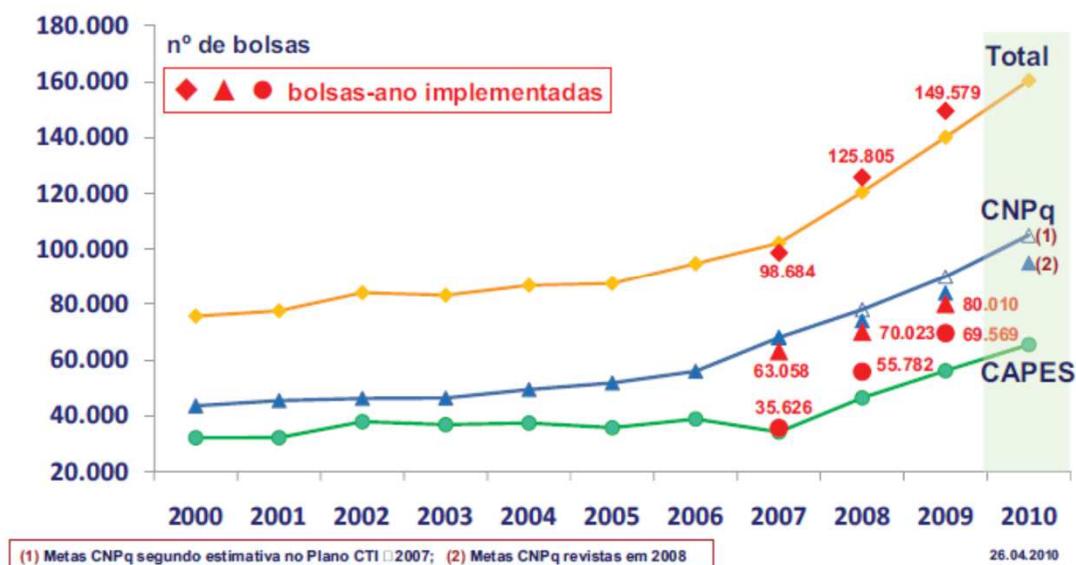
Fonte: IESALC (2006), Informe sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe 2000-2005.

Pós-graduação

Tabela 04 - Número de Discentes Titulados pelos Programas de Pós-Graduação no Triênio 2007-2009

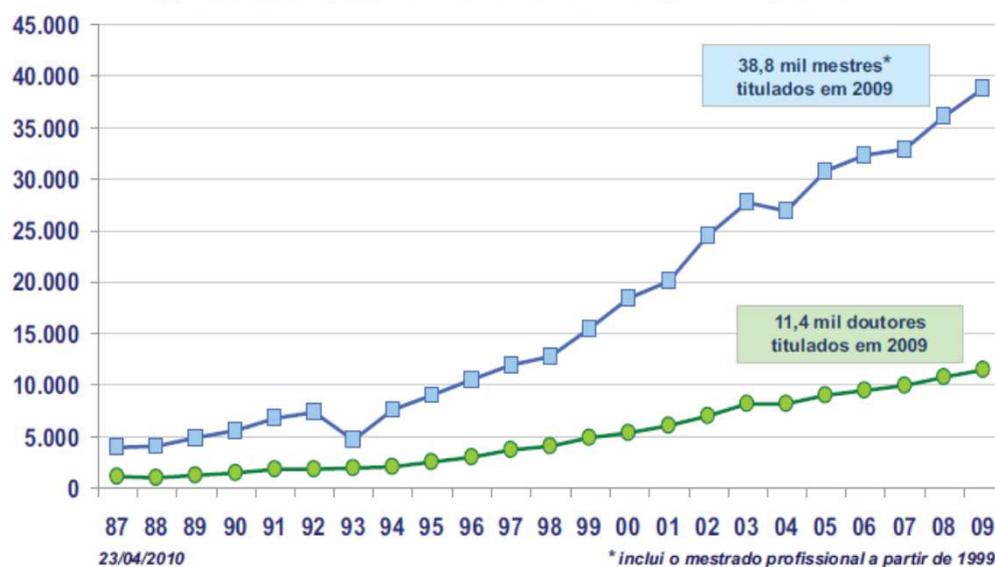
Nível/Ano	2007	2008	2009	Total
Mestrado Acadêmico	30.569	33.378	35.698	99.645
Doutorado	9.919	10.718	11.368	32.005
Mestrado Profissional	2.331	2.653	3.102	8.086
Total	42.819	46.749	50.168	139.736

Figura 6: *Número de bolsas CNPq e CAPES (bolsas-ano)*



Fonte: CNPq e CAPES (2010: previsão).

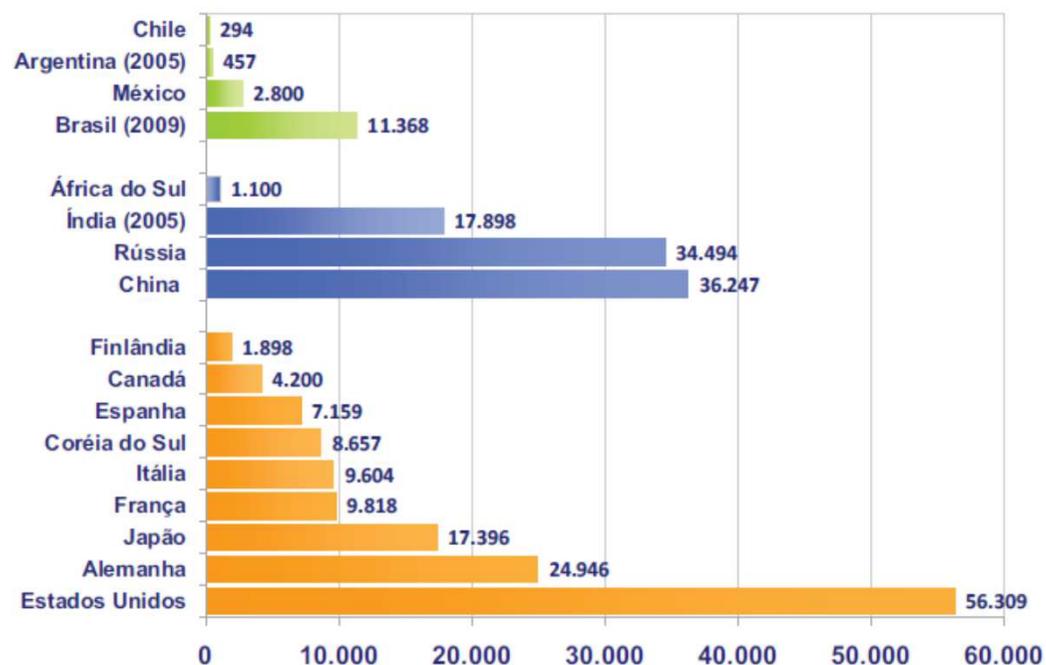
Figura 7: *Número de mestres e doutores titulados por ano*



Fonte: CAPES.

2010: 12 mil doutores e 41 mil mestres

Figura 8: Doutores titulados, por região, país ou economia selecionados - 2006



Fontes: Science and Engineering Indicators, 2010; Brasil: MCT

ASSIMETRIA REGIONAL

Distribuição dos cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado por região em porcentagem.

	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado
CO	7,5	6,9	6,1
NE	18,6	16,2	14
N	4,3	2,9	3
SE	48,7	53,4	57,9
S	20,9	20,6	19

Distribuição em porcentagem dos programas de pós-graduação de avaliação 3, 4, 5, 6 e 7 por região (o número de programas aparece entre parênteses).

	3	4	5	6	7
CO (217)	50,7	35,9	10,6	2,3	0,5
NE (545)	52,6	33,6	11,4	2,2	0,2
N (136)	66,2	29,4	3,7	0,7	0,0
SE (1430)	32,6	30,6	23,8	8,1	4,9
S (591)	42,3	35,0	17,3	3,7	1,7

- Dado positivo: o esforço da pós-graduação feito nas últimas décadas tem mostrado resultados alentadores. Hoje o Brasil forma mais de 13.000 doutores e 40.000 mestres por ano.
- Dado preocupante: Esse contingente de recursos humanos altamente capacitados pouco é absorvido pelas indústrias, sendo a grande maioria contratada nas universidades e órgãos públicos. Isso implica que nossa indústria perde a oportunidade de ser inovadora e competitiva.

Recomendações:

- Duplicar em dez anos a oferta de cursos de graduação em engenharias, física, química e na área de fármacos e medicamentos.
- Duplicar em 5 anos cursos de Licenciatura em física e química.
- Traçar uma política enérgica para aumentar a qualidade dos cursos e ao mesmo tempo diminuindo a elevada evasão dos cursos de engenharias e ciências exatas.
- Continuar a política de expansão do sistema nacional de pós-graduação;
- Alterar o sistema de avaliação da pós-graduação para dar maior flexibilidade aos programas;
- Incentivar a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas para a inovação, ainda carentes no Brasil. Se for necessário, importar pesquisadores experientes para avançar em áreas carentes, mas estratégicas;
- Fortalecer o programa de mestrado profissional e estendê-lo ao doutorado profissional;
- Estimular os pesquisadores das universidades com programas de pós-graduação a orientarem professores da rede de ensino pública;
- Incentivar programas de pós-graduação em parcerias com empresas e estimular a fixação de mestres e doutores nas empresas;
- Estimular a formação de redes regionais e/ou nacionais de programas de pós-graduação em temas específicos, por tempo determinado.

4. A Pesquisa Científica e a Inovação Tecnológica

UNIDADES DE PESQUISA DO SISTEMA NACIONAL DE C, T & I						
GOVERNO FEDERAL						
MEC	MS	MAPA	MCT	MDIC	MD	MME
Laboratórios e Grupos de Pesquisa das Universidades	Fiocruz INCA	Embrapa INMET	**	Inmetro	ITA CTA CETEX IPqM	CENPE S CEPEL

** CBPF, CEITEC, CETEM, CETENE, CTI, IBICT, IDSM, IMPA, INPA, INPE, INSA, INT, LNA, LNCC, LNLS, ON, RNP.

Universidades

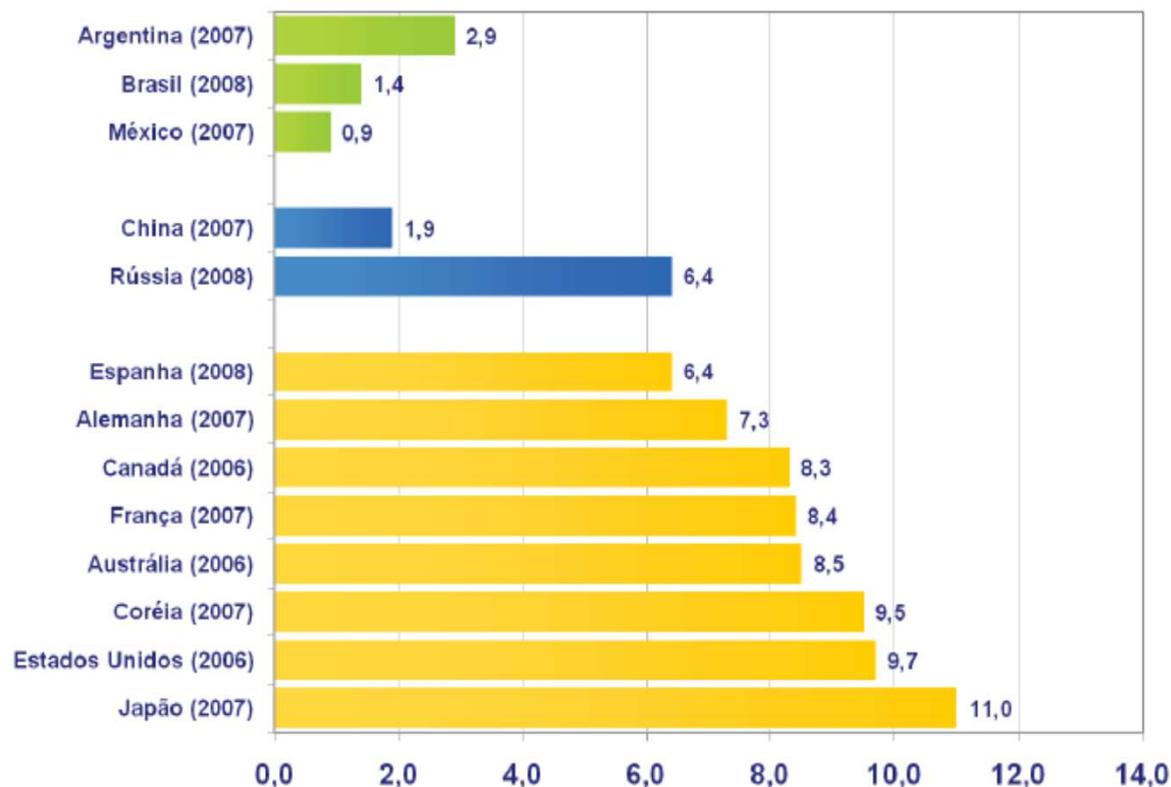
	Número	Drs
Federais	77	39,737
Estaduais	39	24,236
Municipais	6	542
Privadas	131	12,948
TOTAL	253	77,463

Centros de ciência e P&D

	Número	Drs
Federais	62	4,003
Estaduais	31	3,787
Outras	10	309
TOTAL	113	8,099

Instituições de C&T	366
Drs	85,000

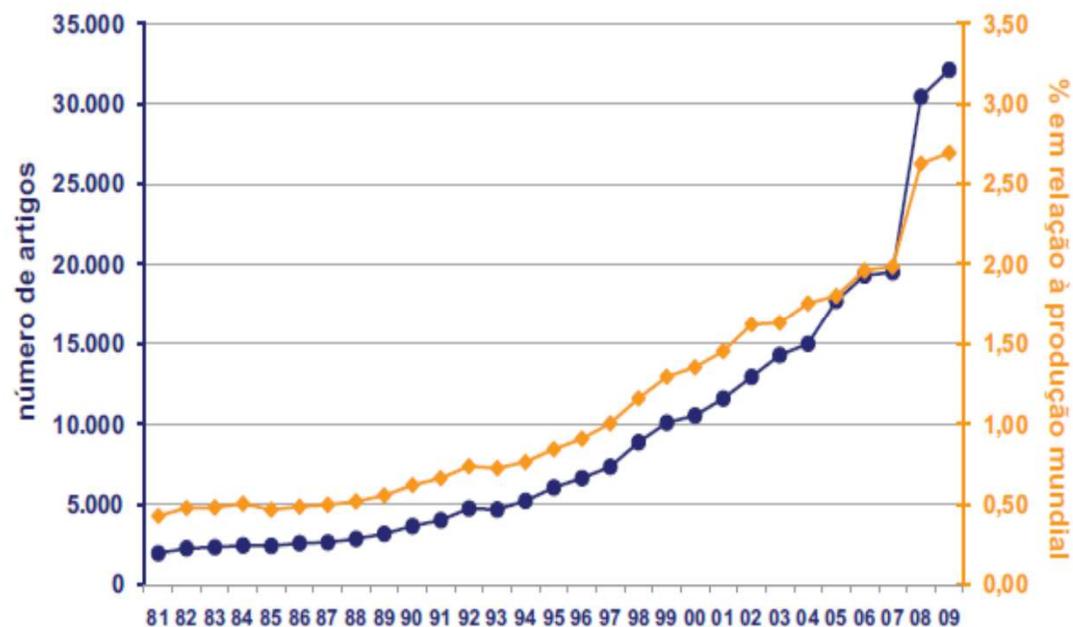
Figura 9: Número de pesquisadores em equivalência de tempo integral por 1.000 pessoas ocupadas da população economicamente ativa, em anos mais recentes, em países selecionados



Fontes: PINTEC/IBGE; CAPES/MEC; CNPq/MCT; MSTI/OCDE

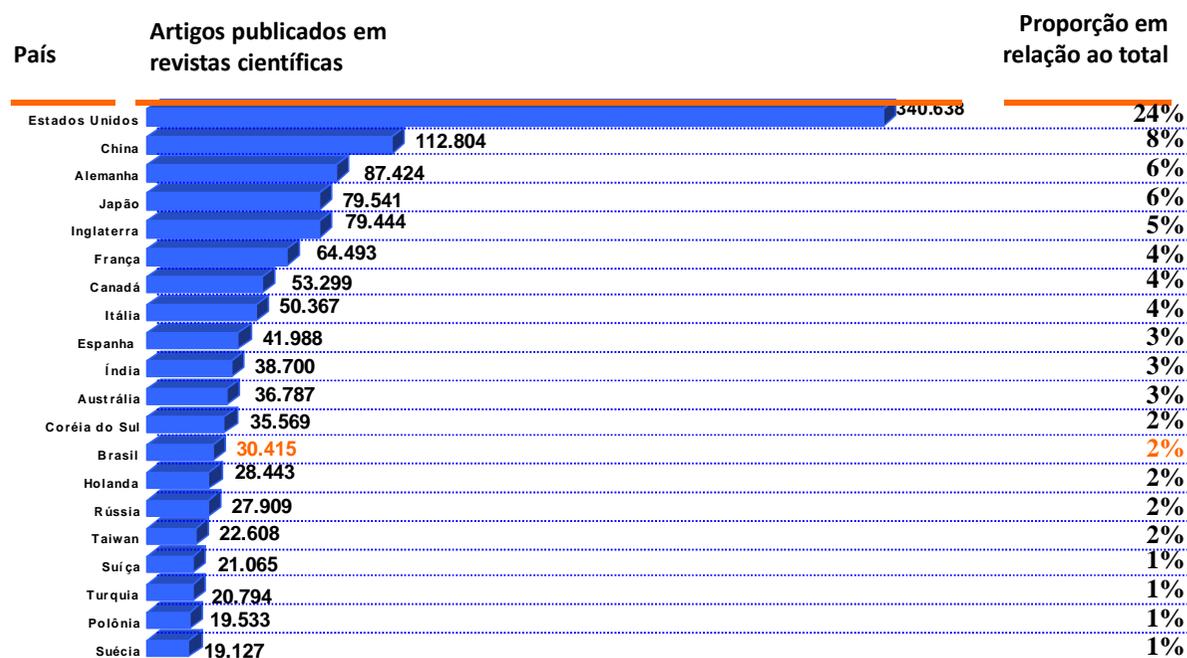
O MCT estabeleceu como meta dentro do PACTI dobrar o número de pesquisadores por 1000 habitantes e, concomitantemente, dobrar o PIB per capita brasileiro até o ano 2022.

Figura 10: Artigos científicos do Brasil indexados no Institute for Scientific Information (ISI)



Fonte: Thomson Reuters. National Science Indicators (NSI)

Ranking das Publicações Entre Países (2008)



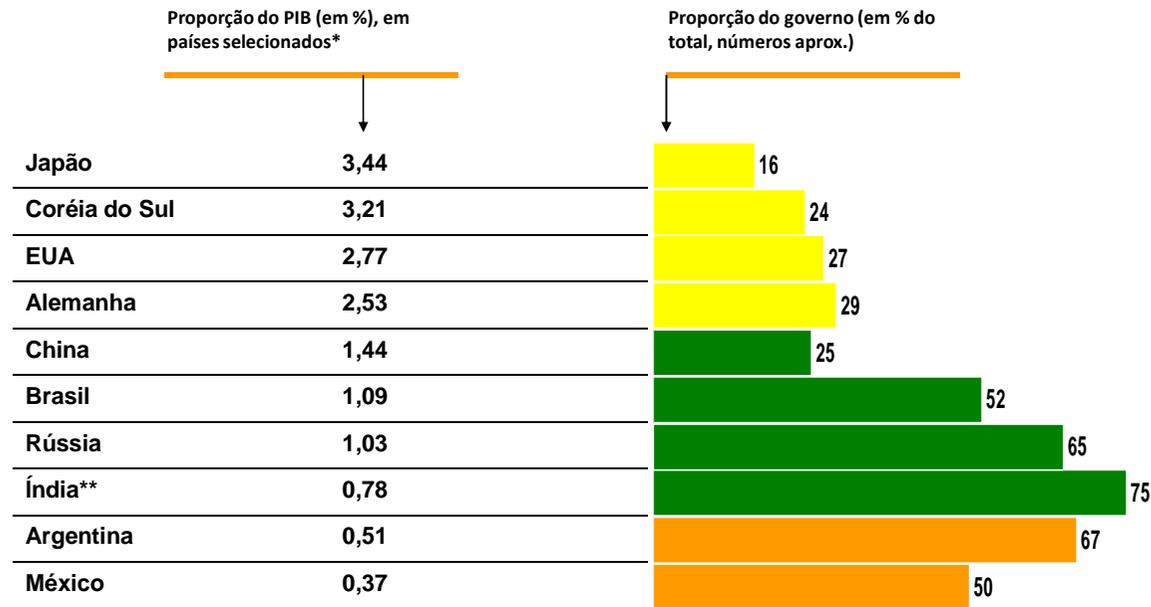
Fonte: National Science Indicators/ISI

Impacto Científico

Dados ISI 2008

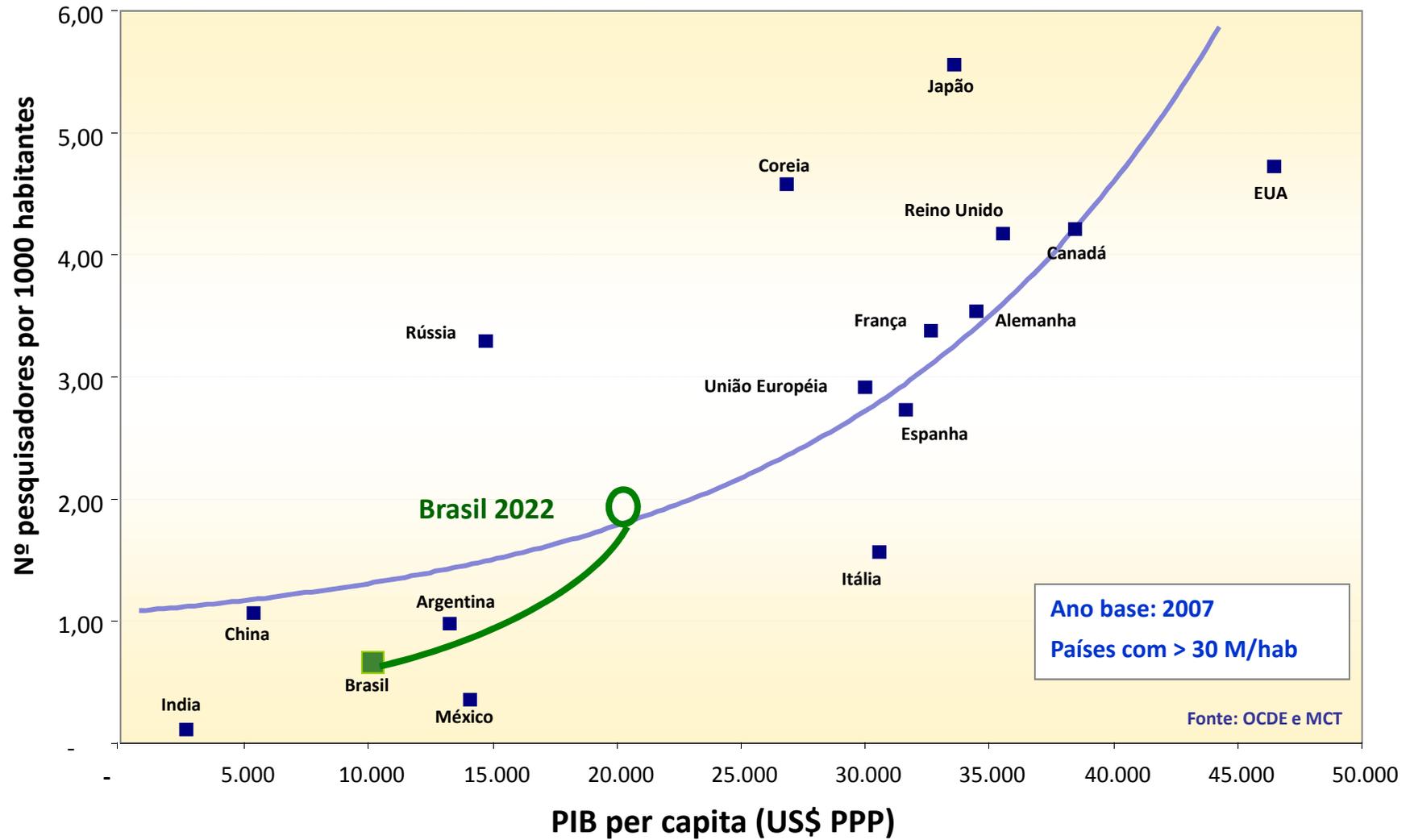
Áreas\Países	Brasil	China	Índia	Coréia do Sul	Japão	Alemanha
Ambiente & Ecologia	1,96 (-12)	3,84 (-51)	2,66 (-48)	1,57 (-33)	3,98 (-12)	6,26 (+22)
Áreas Biológicas	6,3 (-51)	6,26 (-47)	5,78 (-52)	9,05 (-41)	27,82 (-14)	26,64 (+16)
Ciências da Computação	1,05 (-31)	5,48 (-25)	1,72 (-33)	6,36 (-55)	5,53 (+1)	7,41 (+14)
Ciências Espaciais	2,05 (-31)	4,04 (-51)	2,55 (-48)	1,52 (-7)	7,05 (+14)	15,53 (+47)
Ciências dos Materiais	1,54 (-34)	11,56 (-22)	5,45 (-25)	6,24 (-9)	11,26 (+1)	7,13 (+30)
Engenharias	1,3 (-18)	6,89 (-23)	3,1 (-27)	4,6 (-23)	7,86 (-13)	5,68 (+20)
Farmacologia	2,48 (-35)	3,71 (-51)	3,37 (-41)	4,5 (-35)	11,24 (-21)	6,59 (+17)
Física	2,13 (-14)	9,15 (-36)	3,88 (-20)	4,41 (-35)	11,80 (+4)	10,81 (+41)
Matemática	1,82 (-11)	8,95 (-16)	1,63 (-37)	2,38 (-18)	5,16 (-15)	7,51 (+19)
Química	1,69 (-29)	8,29 (-36)	5,04 (-32)	3,18 (-47)	9,28 (+6)	7,89 (+27)

Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

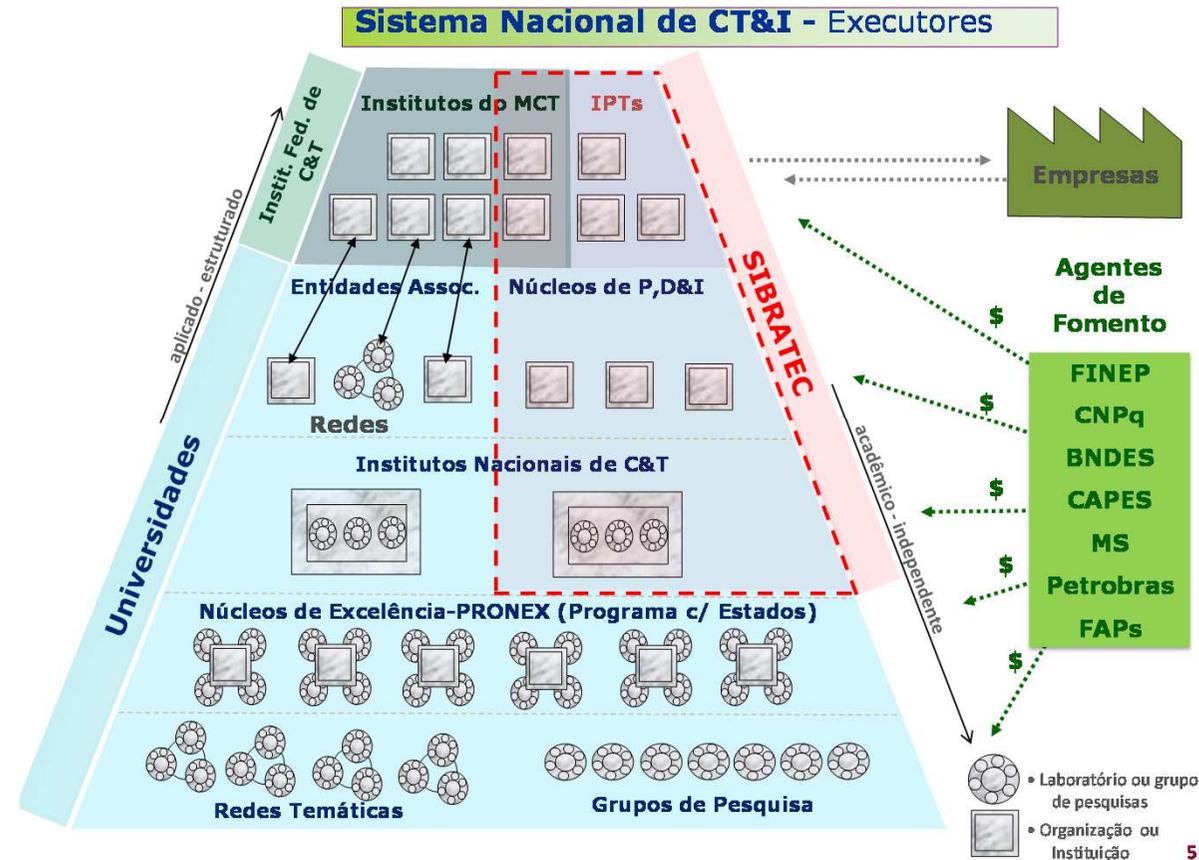


Fonte: OCDE, Ministério da Ciência e Tecnologia, governo da Índia, Ipea *Dados de 2007 e 2008 **Dado de 2006.

Em 2008 o investimento em P&D no Brasil foi de 1,09 % do PIB. Estima-se que em 2010 esse índice seja maior. O ministério da Ciência e Tecnologia coloca como meta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia um índice próximo a 2 % em 2022.



SNCT e o SIBRATEC



Recomendações:

- Expandir o sistema de ICTs do Ministério de Ciência e Tecnologia e também de outros ministérios (da Saúde, do MIDIC, da Defesa, etc.);
- Criar mecanismos para que as grandes empresas, sobretudo as multinacionais, criam centros de P,D&I no Brasil;
- Manter a política de aumentar a porcentagem do PIB em C,T&I;
- Aperfeiçoar e consolidar o SIBRATEC;

5. Marco Regulatório

Rubens Naves
Eduardo Pannunzio

PANORAMA REGULATÓRIO

ASPECTOS CRÍTICOS:

Regime de contratações e parcerias de ICTs

Preferência nas compras governamentais

Interação público-privada

Incentivos fiscais

Acesso à biodiversidade

Cultura jurídica

Governança

RECOMENDAÇÕES

Em vista das considerações acima apresentadas, alguns dos nortes que deveriam orientar as medidas de melhoria do marco regulatório do setor são:

-maior autonomia para as universidades, instituições de ciência e tecnologia, e agências de fomento estatais, bem como para as fundações de apoio —especialmente no que se refere ao estabelecimento de normas de contratações e parcerias—, em troca de maior rigor no controle dos resultados alcançados;

adoção de presunção de legitimidade das escolhas e decisões do agente público ou do agente privado que administre recursos de origem pública, as quais poderão ser impugnadas pelos órgãos de controle apenas no caso de literal violação de dispositivo de lei ou contrato;

estímulo à celebração de termos de ajustamento de conduta pelos órgãos de controle, reservando-se a aplicação de penalidades para os casos em que houver comprovada fraude ou má-fé do agente;

regulamentação da previsão de margem de preferência, nas compras governamentais, para produtos manufaturados e para os serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país;

RECOMENDAÇÕES

previsão da possibilidade de a empresa abater dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação em períodos posteriores ao da apuração do imposto de renda e da CSLL, em caso de prejuízo ou lucro insuficiente;

criação de incentivos fiscais para micro, pequenas e médias empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, independentemente do regime de tributação adotado;

simplificação e agilização dos procedimentos de acesso à biodiversidade, revendo-se a legislação para promover um melhor equilíbrio entre os interesses socioambientais e os do desenvolvimento científico e tecnológico;

integração das diversas iniciativas governamentais e não-governamentais de aperfeiçoamento do marco regulatório da ciência, tecnologia e inovação, com a definição e implementação de uma agenda comum prioritária.

6. Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil

Andrea Francomano Bevilacqua

Paulo Cesar Goulart de Miranda

Parte B

7. Setor de Bens de Capital

Roberto Mendonça Faria

8. Setor Químico

Jaílson Bittencourt de Andrade

9. Setor Fármacos e Medicamentos

João Batista Calixto

10. Setor Semicondutores e Eletrônica

Jacobus Willibrordus Swart

11. Tecnologias da Informação e Comunicação

*Virgilio A. F. Almeida
José Carlos Maldonado*

Parte C

12- Inovação na indústria brasileira

Este capítulo e o seguinte diferenciam-se dos anteriores por serem intrinsecamente propositivos. Baseados nas análises que foram feitas sobre a formação de capital humano, a infraestrutura física e o conjunto de normas, leis e diretrizes relacionados à C,T&I (Parte A desse documento), concluimos que o Brasil, apesar das dificuldades e desafios ainda existentes, atingiu um patamar que lhe permite investir ousadamente na expansão e na competitividade de seu parque industrial.

Taxa anual de crescimento do PIB em porcentagem
(fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial, dados do IPEA e IBGE).

	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990	2000-2005
Brasil	8,5	2,0	1,7	3,0
Argentina	2,9	- 0,7	4,5	1,8
México	6,4	2,3	3,4	2,6
Índia	2,9	5,9	5,7	6,4
China	7,4	9,7	10,0	9,3
Coréia do Sul	8,3	7,7	6,3	5,2
Países de Renda Alta da OCDE	3,7	2,9	2,5	2,3

Em meados da primeira década desse novo século, esses equívocos começaram a ser discutidos e uma nova postura tem sido tomada. Com isso, algumas ações foram colocadas em prática. No campo da inovação, a Lei da Inovação, a Lei do Bem, e a Lei 10.332/01, e ações no âmbito do Fundo Verde Amarelo, são mecanismos que devem auxiliar a modernização de boa parte da indústria brasileira e aumentar sua competitividade. As formulações da PITCE e da PDP buscaram identificar ações que contribuam ao fortalecimento do parque industrial brasileiro. A PITCE, por exemplo, identificou corretamente os **setores de Bens de Capital, de Eletrônica (Semicondutores), de Fármacos e Medicamentos e de Softwares** como estratégicos ao desenvolvimento sustentável do país. A esses setores incluímos o de **Química**, igualmente estratégico a esse propósito devido à sua importância intrínseca e ao desenvolvimento de muitos outros segmentos industriais.

O que falta hoje é a criação, ou identificação, de um órgão governamental que tenha o poder decisório de levar adiante todas as ações necessárias ao verdadeiro desenvolvimento industrial. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) é um órgão que pode desempenhar em parte essa função, mas não tem alcance e poder político isoladamente para definir uma Política de Estado hoje necessária ao país. O Brasil precisa de ações arrojadas que promovam a competitividade da Indústria brasileira e, assim, coloque-o como aspirante de fato à quinta economia mundial, que é sua pretensão para os próximos anos.

Proposição

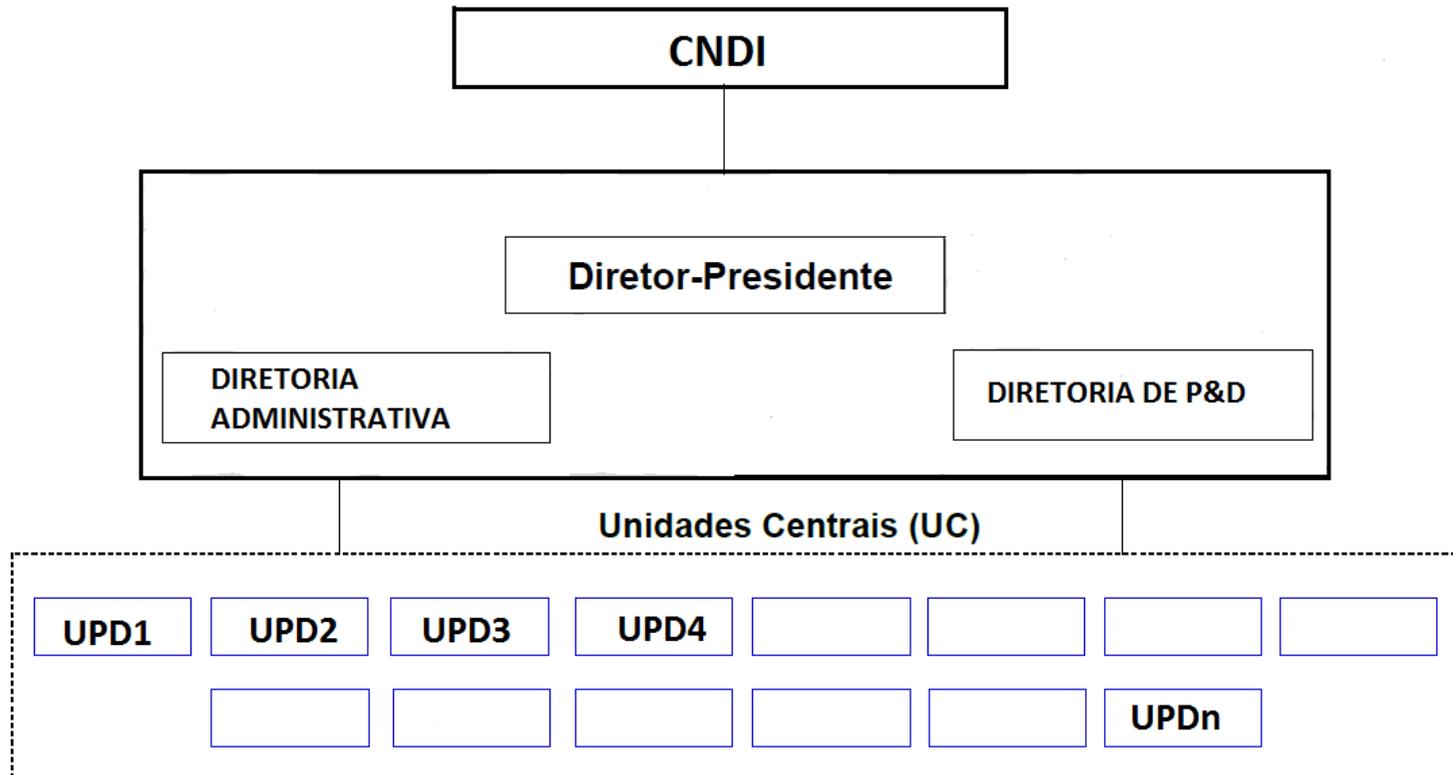
Esse documento propõe ao governo brasileiro que institua um órgão que tenha poder político e decisório suficientes para traçar e implantar uma política de estado que propicie o desenvolvimento industrial. Necessário para que o Brasil alcance a meta de ser de fato a quinta economia do planeta ainda nesta década, de forma vigorosa e sustentável.

13- EMBRATI

Empresa Brasileira de Tecnologia e Inovação

O *lócus* da inovação é o setor industrial. A ideia de uma rede de instituições de pesquisa voltada ao Desenvolvimento tecnológico e à inovação, fora da IESs, é o tema deste capítulo.

ORGANOGRAMA EMBRATI



EMBRAPII

- 03/09/2013 - 16:30
- A [publicação](#), na edição desta terça-feira (3) do Diário Oficial da União, do decreto presidencial que qualifica a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) como uma organização social significa que, a partir de agora, a entidade poderá operar contratos de gestão com o governo federal.
- "A Embrapii é a grande articuladora da demanda por pesquisa, desenvolvimento e inovação [PD&I] das empresas com a oferta de recursos públicos federais", observou o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, em debate realizado no 5º Congresso de Inovação na Indústria, em São Paulo.
- Para o diretor presidente da Embrapii, João Gomes de Oliveira, a entidade passa a ser uma agência de fomento à inovação, com três características consideradas "fundamentais" nesse processo: foco no problema empresarial, competência direcionada para isso e agilidade na respostas a essas demandas.
- Segundo ele, a Embrapii irá atuar na etapa pré-competitiva, em que "os riscos inerentes à inovação são muito altos". Em outras palavras, se uma instituição de ciência e tecnologia (ICT) tem um grupo de excelência com determinado foco e estrutura capaz de atender a demandas do setor privado, ela submete a inscrição junto à entidade e apresenta um plano de atuação com esse grupo. Na medida em que o credenciamento dessa ICT for aprovado, o grupo poderá ir atrás dos projetos, que serão balizados pelo próprio mercado.

GRATOS PELA ATENÇÃO